

um importante instrumento de reflexão sobre democracia, direitos e reconhecimento. “O 25 de julho é uma data de celebração, mas também de memória, denúncia e mobilização política. Ela marca a importância das mulheres negras, afro-latino-americanas e caribenhas que fazem a sociedade girar todos os dias.”

Para ela, a homenagem vai além das lideranças conhecidas nacionalmente e alcança mulheres que sustentam comunidades, famílias e redes de cuidado sem, muitas vezes, receber reconhecimento público. “Estamos falando das mulheres que vencem batalhas diárias e que, muitas vezes, não aparecem nos livros, nas homenagens ou nos espaços institucionais.”

Na avaliação da pesquisadora, discutir essa data significa perguntar quem ocupa os espaços de poder, quem escreve a história e quem permanece invisibilizado. “Celebrar o 25 de julho é reconhecer que não há justiça social possível sem enfrentar o racismo, o sexismo e as desigualdades que estruturam a nossa região.”

Embora o Brasil tenha desenvolvido uma identidade nacional muito própria, Thais acredita que as brasileiras começam a reconhecer, cada vez mais, sua inserção na América Latina. “A circulação de produções culturais, intelectuais e o diálogo entre mulheres negras de diferentes países têm ajudado a aproximar essas experiências. Hoje, é mais comum percebermos que compartilhamos histórias de colonização, escravidão, desigualdade e resistência.”

A cientista política ressalta que autoras como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento foram fundamentais para ampliar essa compreensão afro-latino-americana da identidade negra brasileira. “Essas referências mostram que a identidade das mulheres negras brasileiras não é construída apenas pela violência sofrida, mas também pela força histórica, pela produção de pensamento e pela capacidade de recriar caminhos.”

Afro-latindade

Para a consultora de imagem e palestrante Lorena Moraes, esse reconhecimento também foi amadurecendo ao longo da vida. “Acho que por muito tempo eu me reconheci primeiro como mulher negra brasileira. Mas, com o amadurecimento, fui entendendo que a minha história conversa com a história de tantas mulheres espalhadas pela América Latina.”

Ela acredita que mulheres latino-americanas compartilham uma capacidade comum de transformar dificuldades em força. “Eu me reconheço nessa força silenciosa, nessa capacidade de transformar dor em potência e afeto.”

Lorena também atribui sua identidade às mulheres que vieram antes dela. “Hoje entendo que muita da coragem que as pessoas enxergam em mim não nasceu comigo. Ela foi sendo passada de geração em geração até chegar às minhas mãos.”

Na memória afetiva, pequenos gestos preservam esse vínculo com a ancestralidade. “Tem uma lembrança que mora em mim e que parece simples, mas carrega um mundo inteiro: dizer ‘bença, vó’. Mais do que um cumprimento, era um gesto de respeito, de amor e de reconhecimento de quem veio antes.”



Graça Santos é psicóloga, ativista e criou o primeiro salão afro de Brasília, há 34 anos



Para a cientista política Thais Cardoso, o 25 de julho representa um importante instrumento de reflexão sobre democracia, direitos e reconhecimento

Ela observa que ainda existe pouca identificação das brasileiras como latino-americanas, consequência de referências culturais historicamente voltadas para fora do continente. Ainda assim, acredita que basta ouvir outras mulheres da região para perceber as semelhanças. “Compartilhamos dores, alegrias, desafios, ancestralidades e uma enorme capacidade de recomeçar.”

QUEM FOI TEREZA DE BENGUELA?

Conhecida como a Rainha Tereza, Tereza de Benguela foi uma importante líder quilombola do século 18. Após a morte do companheiro, assumiu o comando do Quilombo do Quariterê, também chamado de Quilombo do Piolho, localizado às margens do Rio Guaporé, na região que hoje pertence ao estado de Mato Grosso.

Sob sua liderança, o quilombo reuniu negros e indígenas em uma comunidade organizada, com sistema próprio de produção agrícola, comércio, defesa e decisões coletivas. Tereza resistiu por décadas às investidas das tropas coloniais, tornando-se um dos maiores símbolos da luta contra a escravidão no Brasil.

Em sua homenagem, o dia 25 de julho foi instituído pela Lei nº 12.987/2014 como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, reforçando a importância de reconhecer a contribuição histórica, política e cultural das mulheres negras para a formação do país.

Para Thais Cardoso, esse sentimento coletivo também aparece nas desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras em diferentes países latino-americanos e caribenhos. “Muitas dessas experiências passam pelo racismo, pela desigualdade social, pela violência de gênero, pela sobrecarga do cuidado, pela informalidade no trabalho e pela invisibilização política.”

Ao mesmo tempo, ela destaca que justamente essa vivência concreta fortalece novas formas de pensar políticas públicas. “Quando mulheres negras participam das decisões, novas perguntas aparecem, novas prioridades são colocadas e outras soluções se tornam possíveis”, destaca.

O fortalecimento da ancestralidade também passa pelo reconhecimento das intelectuais, artistas e lideranças negras brasileiras. “Antes de buscarmos referências apenas em outros países, precisamos olhar com mais atenção para o Brasil, para a América Latina e para o Caribe. Somos gigantes em produção intelectual, política, cultural e histórica.”

Para a cientista política, valorizar essas trajetórias significa disputar memória, currículo e produção de conhecimento. Já Lorena acredita que conhecer as próprias raízes ajuda a construir o futuro. “A ancestralidade não existe para prender ninguém ao passado. Ela existe para lembrar que vocês nunca começaram sozinhas.”

Sua mensagem para as próximas gerações resume o espírito do Julho das Pretas. “Escutem as histórias da família, perguntem os nomes das mulheres que vieram antes, honrem as raízes de onde vocês nasceram. Quando a gente sabe de onde vem, fica muito mais fácil escolher para onde quer ir.”